




Mulheres camponesas e produtividade: estudo de caso do coletivo das mulheres camponesas do assentamento Eli Vive, Londrina - Paraná

Peasant women and productivity: case study of the collective of peasant women of the Eli Vive settlement, Londrina – Paraná

1 Larissa Cristina Figueiredo Ramiro  <https://orcid.org/0009-0009-8118-4107>

1 Universidade Estadual de Londrina  Londrina, Paraná, Brasil

2 Patrícia Fernandes Paula-Shinobu  <https://orcid.org/0000-0001-9648-9776>

2 Universidade Estadual de Londrina  Londrina, Paraná, Brasil

Autor de correspondência: larissafig97@gmail.com

RESUMO

O espaço agrário brasileiro sempre foi marcado por diversos conflitos. Isso deve-se, principalmente, a má distribuição de terras que está presente no território desde o período colonial. As políticas de reforma agrária são, muitas vezes, inviabilizadas pelo Estado e buscando lutar por alterações neste cenário, surgem os movimentos sociais do campo. O Assentamento Eli Vive é fruto de um destes movimentos: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e interno ao movimento, há grande articulação e participação das mulheres em todo o processo de luta e conquista destes territórios. O objetivo deste trabalho é auxiliar o Coletivo das Mulheres Camponesas, realizando um levantamento de preços que as ajude no momento de precificar os seus produtos e produzir materiais de divulgação para as redes sociais, possibilitando um aumento das vendas dos produtos menos consumidos. Para isso, foram realizados trabalhos de campo no Assentamento Eli Vive II e em feiras e quitandas do município de Londrina - PR. Conclui-se com este trabalho que o Coletivo das Camponesas se caracteriza como uma importante territorialidade e que, por meio deste grupo, as mulheres fortalecem suas comercializações, suas produções e se fortalecem enquanto mulheres e camponesas, lutando por seu espaço na sociedade.

Palavras-chave: Campesinato; produção camponesa; mulheres camponesas; territorialidade; produtos orgânicos.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian space has always been marked by several conflicts. This is mainly due to the poor distribution of land that has been present in the territory since the colonial period. The policies of agrarian reform are often made unfeasible by the State and seeking to fight for changes in this scenario, the social movements of the countryside arise. The Eli Vive Settlement is the result of one of these movements: The Landless Rural Workers Movement (MST), and within the

movement, there is great articulation and participation of women in the whole process of struggle and conquest of these territories. The objective of this work is to help the collective of peasant women, carrying out a price survey that helps them when pricing their products and producing promotional materials for social networks, enabling an increase in sales of less consumed products. For this, field work was carried out in the Eli Vive II Settlement and in fairs and grocery stores in the municipality of Londrina - PR. It is concluded with this work that the Collective of Peasant Women is characterized as an important territoriality and that, through this group, women strengthen their commercialization, their productions and also strengthen themselves as women and peasants, fighting for their space in society.

Keywords: Peasantry; peasant production; peasant women; territoriality; organic products.

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro sempre foi palco para diversos conflitos. A terra que era de uso comum aos povos originários, passa a ser produto de exploração e comercialização no período colonial. A organização territorial do campo atual apresenta figuras semelhantes a este período, como por exemplo, tem-se a figura dos latifúndios, que se caracterizam como grandes porções de terra pertencentes a uma pessoa de alto poder aquisitivo, visando sua exploração. No período colonial havia também uma estrutura como esta: a sesmaria. E é neste ponto que nasce a oligarquia agrária brasileira que se perpetua até a atualidade.

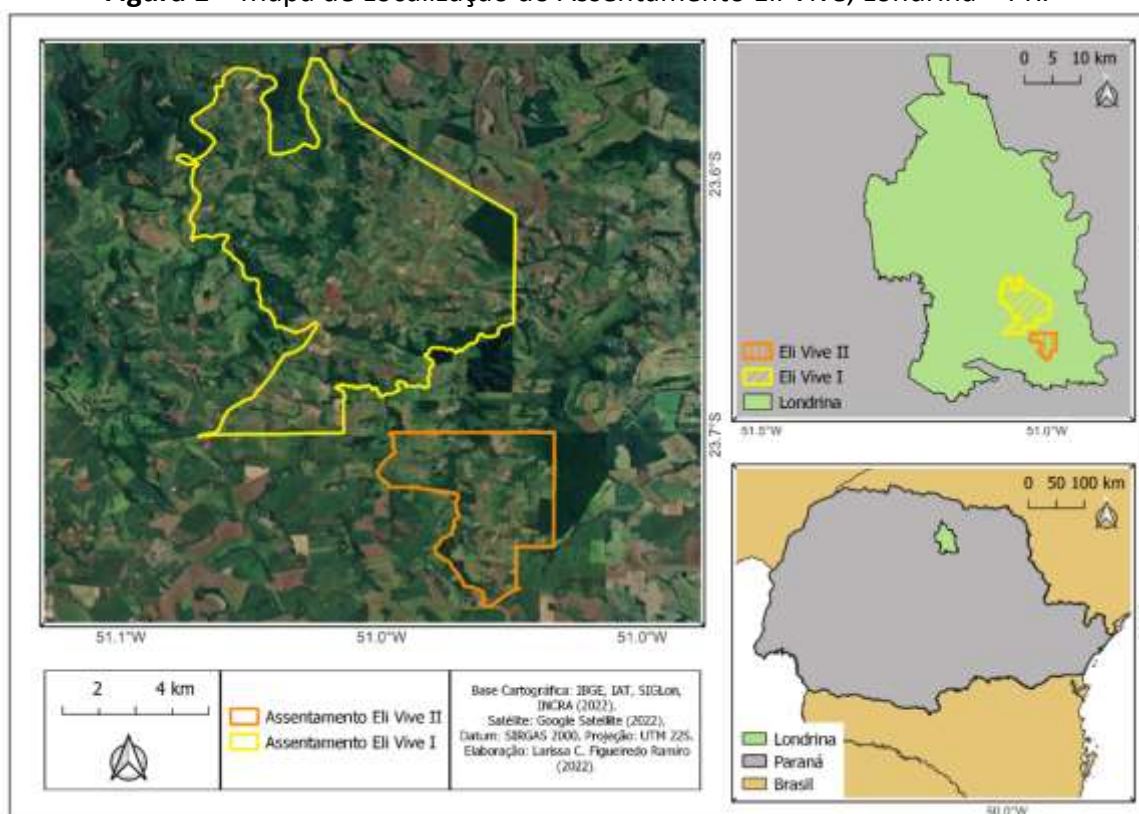
Interno a essa estrutura agrária, o acesso às terras nunca ocorreu de forma democrática no território brasileiro. Buscando reduzir as desigualdades no campo, criam-se as políticas de reforma agrária, porém ao longo da história do Brasil estas políticas foram, muitas vezes, inviabilizadas.

Buscando lutar pelo direito a terra, neste cenário antidemocrático e oligárquico, surgem os movimentos sociais organizados. Dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que, embora se articule formalmente só após o ano de 1984, já apresentava papel importante nas discussões acerca da função social da terra e luta pela terra.

Dentre as conquistas obtidas pelo MST, está o Assentamento Eli Vive, local de pesquisa deste trabalho. Localizado no distrito de Lerrovile, município de Londrina - PR, o território do assentamento ocupa uma área de 7.313,06 hectares de terra, subdividida

em 501 lotes. Antes de tornar-se assentamento, a área pertencia a grandes latifúndios, nomeados de Fazenda Guairacá e Fazenda Pininga. No ano de 2010 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) negocia a compra dessas terras com seus proprietários e redistribui a terra para os integrantes do MST que resistiam naquele território desde 1991.

Figura 1 – Mapa de Localização do Assentamento Eli Vive, Londrina – PR.



Fonte: os autores, 2023.

Na realização deste trabalho buscou-se atender uma demanda solicitada por um Coletivo de Camponesas pertencentes ao Assentamento Eli Vive. O grupo de mulheres residentes ao Assentamento Eli Vive II (subdivisão criada no momento de constituição do assentamento, que o subdivide em I e II) desenvolvem projetos visando agregar valor aos produtos orgânicos produzidos por elas. Dentre estes projetos estão o "Sacolas Camponesas" e a Feirinha da UEL.

O Coletivo das Camponesas solicitou uma demanda relativa à precificação de seus produtos e análise dos orgânicos mais e menos consumidos pelo público, buscando

encontrar uma forma de ofertar aos consumidores o conhecimento acerca dos itens menos comercializados, ajudando-os a obter informações e, conseqüentemente, fomentando as vendas.

A presente pesquisa, em sua totalidade, buscou atender as demandas do Coletivo das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive e os objetivos do Trabalho Técnico Científico (TCC). Portanto, o presente aqui apresentado é parte dos resultados da pesquisa mencionada.

Dessa forma, buscando justamente auxiliar o coletivo das mulheres camponesas, o objetivo principal deste trabalho é realizar um levantamento de preços que auxilie as camponesas no momento de precificar os seus produtos e produzir materiais de divulgação para as redes sociais que possibilitem um aumento das vendas dos produtos menos vendidos, garantindo assim, maior competitividade e planejamento às camponesas no mercado de orgânicos.

METODOLOGIA

Inicialmente, para realização deste trabalho, foi realizado contato com o Coletivo das Camponesas do Assentamento Eli Vive II, buscando encontrar temáticas que contribuíssem de maneira efetiva na realidade do assentamento.

Posteriormente, foi realizado levantamento bibliográfico, buscando por autores e literaturas que abordassem as temáticas pertencentes à este trabalho, como por exemplo, território, questão agrária, campesinato, papel da mulher na luta pela terra.

Foram realizados trabalhos de campo no Assentamento Eli Vive buscando reconhecer o território de estudo e, nestes trabalhos, foram realizados diálogos com as camponesas participantes do Coletivo.

No que tange à precificação dos produtos orgânicos, inicialmente foi solicitado às camponesas os preços de seus produtos comercializados nos projetos que executam – Sacolas Camponesas e Feira da UEL. Posterior a isso, foi realizado visitas em pontos estratégicos de Londrina para obtenção de preços e realização das comparações, sendo estes:

I) Orgânicos Paraíso, localizado no Mercado Shangri-lá, na rua Visconde de Mauá - 168, Londrina - PR.

II) Portal Online Solo Vivo, responsável pela entrega de orgânicos em alguns comércios e mercados da região Centro Sul do Brasil, inclusive, da região de Londrina - PR.

III) Feira Livre da Rua São Paulo, realizada aos domingos no período da manhã, Londrina - PR.

IV) Catálogo Online Horta Chácara Santo Antônio, que realiza entregas por todo o município de Londrina, às terças e sextas-feiras.

V) Visitas a supermercados foram realizados, porém a quantidade de produtos orgânicos encontrados era inexpressiva e, portanto, optou-se por não utilizar nesta pesquisa.

Retornando das visitas, os dados obtidos relativos aos preços foram tabulados com o auxílio do software Microsoft Excel, realizando cálculos para estabelecer o valor para a mesma quantidade (gramas, quilos ou unidades) dos comercializados pelas camponesas. Após esta etapa, foi realizado um comparativo com os preços das camponesas.

Para padronização de análises, foram utilizadas diferentes colorações na composição dos quadros: para o maior preço encontrado para determinado produto, utilizou-se a cor vermelha; já para o menor preço, utilizou-se a cor verde.

A pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois não envolveu a coleta de dados pessoais ou intervenções que pudessem causar riscos aos participantes. Os dados analisados são de domínio público, obtidos de informações publicizadas pelos próprios comerciantes de produtos orgânicos, como descrições de produtos e preços. Por se tratar de dados disponibilizados voluntariamente e acessíveis a qualquer interessado, a pesquisa respeitou os princípios éticos e legais previstos na Resolução 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Foi também solicitado às camponesas uma lista contendo os produtos mais vendidos e menos vendidos comercializados por elas. Para os menos vendidos, foram elaborados materiais gráficos, por meio da plataforma online do Canva Pro, discutindo os

benefícios destes alimentos para a saúde e indicando receitas que possam instigar os consumidores a comprar os alimentos, por meio da divulgação em redes sociais oficiais pertencentes ao Coletivo das Camponesas e seus projetos. As informações relativas às características nutricionais foram retiradas de dois e-books, elaborados pelo Ministério da Saúde (2016) e por pesquisadoras da Universidade Caxias do Sul (2020).

Por fim, foi realizada discussão acerca de métodos que podem auxiliar as camponesas em seu planejamento orgânico e sugestões de técnicas para que agreguem valor aos produtos no momento da comercialização. Discutiu-se também a importância do profissional geógrafo nessas comunidades e as contribuições que estes podem trazer para o território camponês.

O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO E O SURGIMENTO DA CLASSE CAMPONESA

Os conflitos agrários atuais são heranças estruturais do período de colonização do território brasileiro. Anterior à chegada dos portugueses que transformaram o Brasil em colônia, visando sua exploração, o território era ocupado por indígenas que viam a terra como bem comum.

Os povos originários praticavam uma agricultura de subsistência e, com a chegada dos portugueses, esta dinâmica é totalmente alterada. Guimarães (1968) ressalta que o território brasileiro passou a atender as necessidades da metrópole portuguesa, que previam formas diferentes de exploração para estas terras. O interesse da metrópole não somente era de transportar os recursos para a Europa, como também estabelecer ocupações no território brasileiro com intuito de explorá-lo.

Neste período, passou a imperar no espaço agrário brasileiro o regime de sesmarias. Andrade (2002, p.13) reforça que,

Na realidade, o processo de colonização deu origem a sistemas de apropriação da terra onde ela era dividida em grandes lotes - as sesmarias - que eram dadas a pessoas que dispunham de recursos para explorá-las, utilizando a força de trabalho sob coação - indígena e negros africanos. (ANDRADE, 2002, p.13)

Em 1822 é extinto o regime de sesmarias no Brasil. Segundo Guimarães (1968, p.59), “[...] foi o reconhecimento de uma situação insuportável, cujas consequências poderiam de tal modo agravar-se a ponto de constituírem uma ameaça à propriedade latifundiária”. As terras improdutivas, neste período, passam a ser ocupadas pela população rural que não era dotada de propriedade. Estes passam a ser chamados de posseiros ou intrusos. Dessa forma, a nova preocupação do Império é defender os privilégios da classe latifundiária.

Ainda no século XIX, vale destacar a criação da Lei de Terras em 1850, que garantia a posse de terras àquele que por elas pagasse. Nabarro (2022) ressalta que a Lei de Terras é um contribuinte fundamental na implantação da propriedade privada e legitima a terra como mercadoria. A posse da terra manteve-se nas mãos da elite, visto que os preços eram elevados e nem todos conseguiam comprá-las.

Já no século XX, o país inicia sua caminhada industrial, porém como a maioria dos trabalhadores não tinha poder de compra, a expansão industrial era comprometida. Miralha (2006) afirma ainda que este período seria propício para a realização de uma reforma agrária, visto que, tendo suas propriedades, as famílias consumiriam os produtos industriais e cultivariam produtos para fomentar o mercado e controlar os preços. Entretanto, uma política de reforma agrária nunca foi feita.

Com a crise de 1929, a exportação do café que já estava em decadência desde o final do século XIX, entra em colapso e, com ela, a oligarquia rural também decai. Outros produtos passam a ser cultivados, como algodão, feijão e arroz e, o comando da economia passa para as mãos da burguesia industrial, é o que ressalta Miralha (2006). Sabe-se, porém, que as elites agrária e industrial compartilhavam ideais e fomentavam acordos, garantindo a manutenção do modelo de sociedade que estava posto.

Após 1950, as tecnologias começam a adentrar ao espaço agrário por meio de financiamentos subsidiados pelo Estado. Essas medidas beneficiaram principalmente as antigas propriedades cafeiculturas, dando a elas recursos para produzir outras culturas.

Miralha (2006) reforça que deste período em diante, o espaço agrário desenvolve-se de forma semelhante ao que se tem visto na atualidade. Há a expansão

das relações capitalistas de produção, a mão-de-obra assalariada/explorada para operar os equipamentos modernos e os camponeses seguiram sem seu devido espaço.

A classe camponesa, por sua vez, sempre esteve presente no espaço agrário e sempre se apresentou como um produto da luta de classes. A partir da década de 1970 e 1980 há a expansão dos movimentos sociais rurais, que lutam pelo acesso a terra. De acordo com Grzybowski (1987), é a partir deste período que os movimentos sociais rurais ganham mais adeptos, atingem novas regiões e novos segmentos de trabalhadores e passam a lutar por seus direitos com mais vigor.

O movimento social foco deste trabalho, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem sua instituição formal no ano de 1984 no município de Cascavel - PR. De acordo com Caldart, "O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas." (2001, p.207).

Segundo Caldart (2001), algumas características do MST o tornam diferentes dos demais movimentos sociais de trabalhadores do campo, dentre eles podem ser citados a forma de luta do movimento, que se dá principalmente pela ocupação do latifúndio; as dimensões de lutas sociais que se desenvolvem em conjunto com a luta pela terra; a sua forma de organização; e a busca por trazer como pauta universal para a sociedade a questão da Reforma Agrária.

O sujeito social formado pelo MST tem sua identidade construída historicamente e participa ativamente da luta pela terra e de outras pautas sociais que foram sendo adicionadas ao movimento. Isso os torna politizados, pois esse engajamento os permite observar a realidade de uma perspectiva mais ampla.

A criação de assentamentos rurais e desapropriação dos latifúndios – um dos objetivos da luta do MST, torna o acesso à terra democrático, como ressalta Nabarro (2022). O referido autor ressalta ainda que, em conjunto com o surgimento do assentamento, há a produção e alteração do espaço, pois há a necessidade de se construir estradas, iluminação, escolas e unidades de saúde; há a contratação de profissionais para atuar no território do assentamento; e amplia-se a comercialização local. Porém, muitos dos assentamentos foram instalados por pressão dos movimentos sociais e acabou-se por

não consolidar estes elementos no espaço. Além da propagação do discurso de criminalização destes movimentos, principalmente do MST.

BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA IMPORTÂNCIA FEMININA NO ESPAÇO AGRÁRIO

A figura da mulher sempre esteve presente na luta pela terra, porém, foram invisibilizadas pelo machismo e pelos preconceitos que circundam a sociedade brasileira. Valenciano e Thomaz Junior (2002) reforçam que a mulher está presente desde o período inicial da luta, marcado pela ocupação, exercendo papéis fundamentais ao lado dos homens.

De acordo com Carneiro (1994), há uma impressão de que a mulher estava ausente nas lutas agrárias do país, mas isso, de fato, nunca ocorreu. A participação das mulheres era vinculada à participação dos maridos, ou dos demais familiares homens e, a partir da década de 1980, este cenário se altera e a mulher passa a ser uma figura central de luta.

Carneiro (1994) discorre que, inicialmente, a participação da mulher era voltada às questões comuns aos homens, como o direito a terra ou contra a exploração dos trabalhadores rurais. Entretanto, nos anos 1980 são acrescidas a essas questões reivindicações específicas relacionadas às mulheres.

Embora não houvesse nenhum instrumento legalizado que impedisse a filiação das mulheres a sindicatos e coletivos, muitas camponesas eram impedidas de participar por empecilhos impostos pelas diretorias. Esse cenário se altera, quando “uma consequência dessa luta foi a aprovação pelo IV Congresso da CONTAG de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar.” (CARNEIRO, 1994, p.13)

Valenciano e Thomaz Junior destacam que,

O descrédito dos seus trabalhos, a discriminação da mulher, também existe dentro do movimento, e não poderia ser diferente, pois o MST não é uma ilha dentro da sociedade, mas é fração dela. Não podemos perder de vista a questão dos valores nos quais a cultura camponesa,

extremamente conservadora, encontra-se impregnada na formação desses sujeitos. (VALENCIANO; THOMAZ JUNIOR, 2002, p.10).

Dessa forma, a temática gênero, é incorporada ao MST visto que se tinha cada vez menos mulheres ocupando cargos de liderança, participando de atividades e organizações. Mas, em contra partida, o viés conservador acerca do papel feminino se demonstrava cada vez mais presente.

Os coletivos de gênero foram, portanto, uma forma das mulheres se organizarem e lutarem por espaço dentro do movimento. Valenciano e Thomaz Junior (2002) enfatizam que as mulheres, neste sentido, vivenciam uma luta dentro da luta, pois além de lutar pelo princípio básico do movimento (a conquista da terra), precisam lutar para serem ouvidas e respeitadas.

De acordo com Valenciano e Thomaz Junior (2002), muitas mulheres acabam por não participar de grupos e coletivos de gênero dentro dos assentamentos pelo motivo de terem suas ocupações relativas à casa, à família e a lavoura, além de questões de machismo por parte dos maridos. Os autores reforçam ainda que o ato de deixar os filhos e as atividades domésticas para participar de reuniões e discussões muitas vezes não é bem visto pelos maridos, que acabam por impedir suas parceiras de participar dessas ações, e não somente de ações de coletivos de gênero, mas do movimento de modo geral.

Quanto às identidades da mulher rural, Carneiro reforça que:

É do produto desses dois fatores – o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural. É nesse sentido que concordamos que para se entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros. (CARNEIRO, 1994, p.14)

Em relação às principais reivindicações solicitadas pelas mulheres rurais, Carneiro (1994) reforça que estão relacionadas à condição socioeconômica, pois estas buscam o reconhecimento enquanto membro da unidade produtiva familiar e de sua

condição de produtora, além de lutar por direitos básicos, como benefícios sociais, e também estão relacionadas à cidadania, principalmente no que diz respeito ao direito de trabalhar, de ter uma profissão reconhecida e ter o seu trabalho valorizado, tanto os trabalhos de mulher produtora, quanto seus trabalhos internos na moradia.

Carneiro (1994) reforça ainda que, muitos maridos, ao verem a mulher ganhando espaço no processo produtivo, sentem-se ameaçados, como se a mulher fosse tomar a autoridade de “chefe-de-família” do homem. A autora ressalta ainda que, embora deseje ser reconhecida por sua produção e ter seus direitos respeitados, a mulher não tem o interesse de abdicar das atribuições domésticas, que é o que muitos maridos pensam.

VALORES CAMPONESES E A RELAÇÃO COM A PRODUTIVIDADE

A partir da década de 1950, de acordo com Lussani e Simonetti (2012), o campo brasileiro passou por mudanças drásticas. É preciso ressaltar que o país, que era até então majoritariamente agrário, iniciou seu processo de urbanização, o que culminou em uma maior concentração fundiária aos que se mantinham no campo, e a produção em larga escala também foi incentivada por subsídios advindos do Estado.

Lussani e Simonetti (2012) reforçam que, muitos dos pequenos produtores e camponeses, para os quais não havia incentivos para permanência no campo, acabaram por mudar-se para as cidades. Outros, que permaneceram no campo, adotaram a lógica de mercado, ou ainda, continuaram com a produção de subsistência, mesmo com dificuldades.

De acordo com Lussani e Simonetti (2012) há no camponês algo chamado de “campesinidade”, que as autoras definem como,

As questões morais da honra, da dicotomia entre o certo e o errado fazem parte desse ethos, que está no todo da vida social. Portanto, a ética camponesa pode ser descrita como um conjunto de valores morais tradicionalmente aliados com o rural, tendo ela três princípios: a honra, a reciprocidade e a hierarquia. (LUSSANI; SIMONETTI, 2012)

As autoras discutem, portanto, que, a produção e a relação com a terra, no modo de vida camponês, estão pautadas principalmente pelo respeito e pelo suprimento de necessidades imediatas (morar, comer, trabalhar, etc.). E este respeito é levado para as demais relações envolvidas no processo de produção e comercialização. Por conta disso, subentende-se o porquê de, muitas vezes, os produtos advindos de lavouras camponesas terem valores abaixo do que deveriam estar sendo comercializados. Além de respeitar o solo e a produtividade deste, os camponeses têm muito respeito pelo consumidor, pelo preço que ele está pagando, pois, afinal de contas, o consumidor está comprando alimento para o sustento dos seus.

Lussani e Simonetti (2012) enfatizam que em vários aspectos é possível notar essa moralidade camponesa, como por exemplo, no respeito pela terra, aguardando ciclos e pausas entre culturas; na relação de trabalho, em que muito se emprega relações de apoio entre vizinhos ou parentes, sendo o trabalho visto como ajuda (mesmo que remunerado); a produção leva em conta também o que a família necessita no dia a dia, e não somente visando o mercado.

É por conta dessa questão relacionada às necessidades familiares que há uma diversidade produtiva tão grande na agricultura camponesa. As autoras reforçam que há a criação de animais, para que se possa ter leite, carne e ovos, há a presença de pomares e hortas e, em muitas propriedades, há ainda um espaço destinado ao plantio de soja, para trazer retorno financeiro do mercado, por exemplo. Essa diversidade favorece o solo e os ciclos ecológicos presentes na propriedade, mantendo-os férteis.

Lussani e Simonetti (2012) reforçam ainda que a divisão de trabalho interna a família também está agregada aos valores camponeses. Para estes, o papel que cada membro desempenha na produção é fundamental e importante e, dando tarefas a todos os membros - de acordo com suas idades e capacidades, faz com que haja o sentimento de pertencimento.

Essa é mais uma das características do trabalho rural camponês familiar, a dimensão da produção enquanto parte de um pertencimento de todos. Todos sabem das suas funções e sabem a importância da realização delas não só para o benefício próprio, mas para o andamento de toda a estrutura do sítio. (LUSSANI; SIMONETTI, 2012).

Dessa forma, os valores camponeses são o que sustentam a produtividade do lote e, os rendimentos retirados dessa produção são o que mantém a família em permanência no campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Coletivo das Camponesas do Eli Vive II apresenta-se como uma territorialidade presente no assentamento. Este grupo de mulheres, que atualmente conta com 12 participantes, surgiu por volta do ano de 2015, após a consolidação do assentamento.

Há na coordenação do Coletivo das Camponesas quatro mulheres, e, juntamente com as demais participantes, realizam reuniões semanais para discutir a produção e como será a comercialização destes produtos na semana.

Inicialmente, o grupo era muito mais numeroso, porém, muitas mulheres acabaram desistindo de participar, principalmente por conta de seus maridos, que não apoiavam a participação de suas esposas e, muitas vezes, as impediam de ir às reuniões, feiras e entrega dos produtos.

De acordo com informações fornecidas por uma das coordenadoras do Coletivo, as camponesas ainda enfrentam diversas situações de machismo, internas e externas ao território do assentamento, mas buscam se fortalecer e resistir a essas situações.

Em relação à produção, cada camponesa possui em seu lote uma área destinada à horta orgânica. Por ser uma produção mais ecológica, as produtoras buscam respeitar o solo, a topografia, a disponibilidade de água e a biodiversidade local em suas produções. Além disso, não utilizam qualquer produto químico sintético (como agrotóxicos e pesticidas) em suas hortas, optando por soluções naturais para o controle de pragas.

Cada camponesa produz em sua horta uma quantidade de orgânicos que destina à comercialização. Na reunião semanal é realizado o levantamento de tudo que, em conjunto, elas produziram e é então disponibilizado na internet para que os consumidores façam suas reservas. Posterior às vendas, é feito o repasse do lucro para cada membro do Coletivo.

Dentre os projetos de comercialização desenvolvidos atualmente pelo Coletivo tem-se o Projeto Sacolas Camponesas, que iniciou no ano de 2016, como um projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina, e, atualmente, caminha de forma independente. Seu principal objetivo é comercializar as produções orgânicas e empoderar as mulheres camponesas. O projeto consiste na montagem e entrega de sacolas com produtos orgânicos (Figura 2), podendo o consumidor montar a sua cesta através de um formulário online disponibilizado no grupo do WhatsApp e no Instagram do projeto. Após a montagem, o consumidor deve comparecer até o ponto de entrega para retirar o que selecionou. Atualmente o ponto de retirada localiza-se na Rua Guararapes, 331 – Espaço Araucária, Londrina – PR. Este espaço é cedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Londrina, que também fornece assessoria às camponesas.

Outro projeto desenvolvido atualmente é a Feira na UEL (Figura 3), que ocorre uma vez ao mês, na primeira quinta-feira. As camponesas levam seus produtos até a universidade e os comercializam no calçadão com estudantes, professores e demais servidores.

Figura 2 – Exemplo de montagem da Sacola Camponesa.



Fonte: Projeto Sacolas Camponesas, 2021.

Figura 3 – Feira no Calçadão da UEL.



Fonte: Projeto Sacolas Camponesas, 2022.

Em relação à produção, quando questionado quais produtos são mais e menos vendidos (Quadro 1) a coordenação do Coletivo informou:

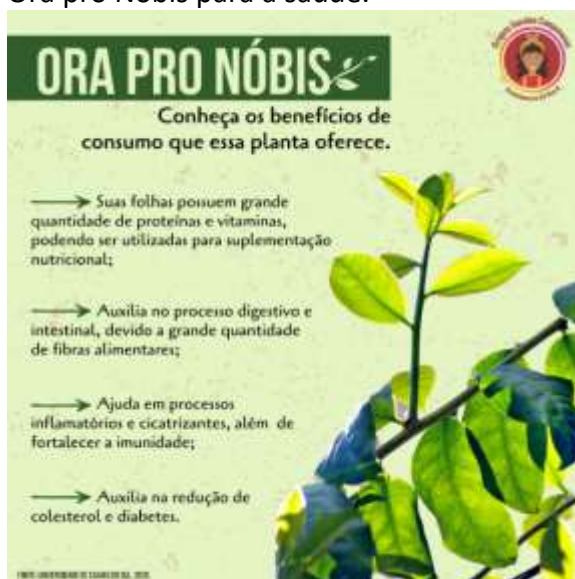
Quadro 1 – Produtos mais e menos vendidos pelo Coletivo das Camponesas.

Mais Vendidos	Menos Vendidos
Couve	Almeirão Pão de Açúcar
Rúcula	Chicória
Alface	Colorau
Beterraba	Manjeriço
Cenoura	Taioba
Salsinha	Ora Pro Nóbis
Cebolinha	

Fonte: Coletivo das Camponesas do Eli Vive II, 2022.

Buscando solucionar a questão dos produtos menos vendidos e aumentar a procura, foram elaborados materiais gráficos informativos, contendo benefícios para a saúde (Figura 4), e materiais gráficos com sugestões de receitas (Figura 5) para serem publicados nas redes sociais do Projeto Sacolas Camponesas, um dos principais canais de comercialização dos produtos.

Figura 4 – Modelo de material elaborado com informações sobre o benefício da Ora pro Nóbis para a saúde.



Fonte: Os autores, 2022.

Figura 5 – Modelo de material contendo receitas.



Fonte: Os autores, 2022.

Nos materiais elaborados para divulgação, buscamos retratar os benefícios que os alimentos podem trazer à saúde, informando questões relativas à presença de vitaminas e minerais em sua composição e em quais doenças e sistemas do corpo humano podem ser utilizados. Essa estratégia foi escolhida para realizar uma apresentação breve do alimento aos consumidores que, ao saberem dos benefícios, podem sentir-se mais atraídos a consumir.

Na Figura 5, tem-se o modelo utilizado para a divulgação das receitas. Optou-se por elaborar materiais com receitas simples e que não demandem muito tempo ou muitos outros ingredientes para execução. O objetivo com estes materiais foi dar ideia ao consumidor de como o alimento em questão pode ser incluído em sua alimentação e, por se tratar de receitas fáceis, pode despertar a curiosidade dos consumidores, fazendo com que as vendas sejam amplificadas.

Em relação à precificação dos orgânicos, inicialmente, foi solicitada a tabela de preços utilizada na comercialização do Coletivo. Como a demanda solicitada pelas camponesas dizia respeito à elaboração de um comparativo de preços entre seus produtos orgânicos e demais comerciantes de Londrina, foram realizadas visitas em pontos estratégicos para obtenção desses preços.

Será apresentado a seguir o quadro comparativo entre os produtos orgânicos do Coletivo das Camponesas e os pontos estratégicos analisados. Para fins de comparação, foi elencado o valor encontrado em todos os estabelecimentos, buscou-se apontar, dentre os pesquisados, qual foi o valor mais caro e mais barato para cada produto, utilizando a cor vermelha para indicar o mais caro e a cor verde para indicar o mais barato.

Quando comparado aos valores da Feira Livre, é possível observar que a produção das camponesas não apresenta grandes divergências. Muitos produtos são apenas alguns centavos mais caros ou mais baratos se comparados aos da Feira. Dentre os produtos das camponesas que estão mais caro estão: mandioca descascada, abóbora madura, berinjela, banana nanica, laranja champanhe, poncã, laranja lima, laranja pera, rúcula, alface crespa, chicória, couve cortada, manjericão verde, tomilho, alecrim, erva baleeira, capim cidreira, hortelã, guaco e abacate, totalizando 20 produtos com preço mais

elevado. Já os mais baratos são: mandioca, abobrinha verde, chuchu, quiabo, cará moela, cenoura, broto de chuchu e abóbora, mamão verde, banana da terra, limão rosa, limão taiti, espinafre, almeirão pão de açúcar, alface americana, pimenta dedo de moça, colorau e pimenta biquinho, totalizando 18 produtos mais baratos.

Quadro 2 – Comparação geral de todos os estabelecimentos pesquisados.

Produto	1	2	3	4	5
Mandioca descascada (cong.)	5,00	4,00	-	8,50	4,25
Mandioca (500g)	2,75	3,00	-	-	-
Abobrinha verde (500g)	3,50	3,35	7,40	7,50	6,00
Chuchu (500g)	2,50	3,45	6,50	7,50	6,50
Abóbora madura (500g)	5,00	3,45	-	7,50	-
Abóbora madura descascada (500g)	5,00	5,00	-	-	-
Berinjela (500g)	5,00	4,30	7,40	-	5,00
Beterraba (500g)	5,00	5,00	6,60	-	5,00
Quiabo (500g)	6,25	9,50	-	-	7,50
Cará moela (500g)	4,00	5,90	-	-	6,00
Coração de bananeira (unid.)	3,00	-	-	-	-
Jurubeba (500g)	9,00	-	-	-	-
Ora-pro-nóbis (150g)	5,00	-	-	-	7,50
Taioba (4 folhas)	4,00	-	-	-	-
Babosa	3,00	-	-	-	-
Cenoura com folha (500g)	3,50	4,90	7,00	4,50	7,50
Cambuquira (broto chuchu) (500g)	5,00	6,00	-	-	-
Cambuquira (broto abóbora) (500g)	5,00	6,00	-	-	-
Abacate (500g)	5,00	4,25	5,50	6,00	-
Mamão verde (unid.)	6,00	6,50	7,50	6,50	-
Banana nanica (6 unid.)	3,00	2,50	-	-	7,50
Banana maça (6 unid.)	3,50	3,50	-	-	-
Banana da terra (1 kg)	6,00	12,00	-	-	-
Laranja champanhe (500g)	7,50	3,45	-	-	-
Poncã (500g)	6,00	3,45	8,70	-	-
Laranja lima (500g)	6,00	3,45	7,50	-	-
Laranja pera (500g)	6,50	4,00	7,00	5,00	3,75
Limão rosa (500g)	3,00	5,00	-	-	4,50
Limão taiti (500g)	4,00	8,00	7,50	3,85	4,50
Rúcula (300g)	6,00	5,00	6,15	7,50	-
Alface crespa (unid.)	5,00	3,00	6,00	7,50	6,00
Espinafre (500g)	5,00	6,50	6,00	-	6,50
Chicória (unid.)	5,00	3,00	-	-	5,00
Couve manteiga (8 folhas)	5,00	5,00	6,00	7,50	5,00

Almeirão pão de açúcar (400g)	2,50	4,00	6,00	7,50	5,00
Cebolinha (100g)	3,00	3,00	6,00	4,00	4,00
Alface americana (unid.)	5,00	5,99	6,00	7,50	6,00
Couve cortada (200g)	6,50	4,50	-	-	-
Salsinha (50g)	3,00	3,00	6,00	3,50	4,00
Pimenta dedo de moça (100g)	3,00	4,50	-	-	-
Manjeriço verde (50g)	3,00	2,00	5,90	-	4,00
Sálvia (500g)	3,00	3,00	-	-	-
Tomilho (40g)	4,00	1,60	-	-	-
Manjerona (500g)	4,00	-	-	-	-
Hortelã pimenta (50g)	3,00	-	-	-	-
Colorau (100g)	3,00	4,00	-	-	-
Pimenta biquinho (100g)	4,00	8,00	-	9,75	-
Alecrim (40g)	3,00	1,60	-	-	-
Açafrão da terra (100g)	3,00	3,00	4,30	2,10	-
Erva baleeira (50g)	3,00	2,75	-	-	-
Capim cidreira (50g)	3,00	2,35	-	-	3,00
Hortelã (40g)	4,00	2,00	5,90	-	-
Lavanda (40g)	3,00	-	-	-	3,00
Guaco (50g)	3,00	2,60	-	-	-
Mil em ramas (50g)	3,00	-	-	-	-
Hortelã menta (40g)	4,00	-	-	-	-
Anador (50g)	4,00	-	-	-	-
Alfavaca cravo (40g)	4,00	-	-	-	-
Menta (40g)	3,00	-	-	-	-

Legenda:

1 - Coletivo das Camponesas


2 - Feira Livre da Rua São Paulo


3 - Orgânicos Solo Vivo

4 - Orgânicos Paraíso

5 - Horta Chácara Santo Antônio

*A unidade de medidas para todos os valores estabelecidos acima é o real (R\$).

 Maior preço encontrado para determinado produto.

 Menor preço encontrado para determinado produto.

Fonte: Os autores, 2022.

Há produtos que apresentam exatamente o mesmo preço de comercialização. São sete: abóbora madura descascada, beterraba, banana maçã, couve manteiga, cebolinha, salsinha, sálvia e açafraão da terra.

Os produtos que destoam de modo mais expressivo são: o quiabo, que varia de R\$6,25 na produção camponesa para R\$9,50 na Feira; a banana da terra, que varia de R\$6,00 para R\$12,00 nos valores da Feira; o limão taiti, que varia de R\$4,00 para R\$8,00; e a pimenta biquinho, que varia de R\$4,00 para 8,00. Há ainda produtos que estavam com preços mais baixos na Feira, apresentando também grandes variações, é o caso da laranja champanhe, sendo R\$7,50 na produção camponesa e R\$3,45 na feira; poncã e laranja lima, ambas variando de R\$6,00 para R\$3,45 nos valores da feira; laranja pera, que varia de R\$6,50 para R\$4,00; tomilho, sendo R\$4,00 na produção camponesa e R\$1,60 na feira; e o alecrim, que varia de R\$3,00 para R\$1,60 na feira.

Quando comparados aos preços da plataforma de venda online Solo Vivo, pode-se observar que todos os preços são mais elevados que a produção das camponesas. Alguns deles apresentam variações exorbitantes. Uma justificativa para isso pode ser o fato de a plataforma vender para variados municípios e estados e, pelo fato de em alguns municípios o custo de vida ser mais elevado, elevou-se também o preço dos produtos para estar em conformidade com este fator.

Dentre os produtos com preços muito elevados, há alguns que são duas vezes mais caros na plataforma de venda online, são eles: abobrinha verde, chuchu, cenoura, almeirão pão de açúcar, cebolinha, salsinha, manjeriço verde.

Alguns produtos encontrados na loja Solo Vivo não compunham o catálogo das camponesas no momento de realização deste trabalho. São estes: Maçã (R\$14,90 – 400g), tomate cereja (R\$7,90 – 250g), batata inglesa (R\$9,90 – 600g), batata doce (R\$8,50 – 600g) cebola (R\$9,90 – 500g), manga (R\$7,90 – 350g), vagem (R\$7,90 – 300g), repolho e repolho roxo (R\$6,90 a unidade). Assim, caso haja o interesse em expandir e agregar novos produtos à comercialização, pode-se avaliar a possibilidade de incluir estes mencionados.

Estes valores, individualmente analisados, não devem ser adotados como parâmetro pelas camponesas no momento de precificar os seus produtos, pois no

município de Londrina, onde a maior parte de suas produções são comercializadas, estes preços acabariam por prejudicar as vendas.

Referindo-se aos produtos encontrados na quitanda Orgânicos Paraíso, pode-se observar que muitos preços se assemelham aos produtos das camponesas, havendo alguns com centavos de diferença. Porém, ainda que próximos, os seguintes produtos são mais baratos no catálogo das camponesas: mandioca descascada, abobrinha verde, chuchu, abóbora madura, cenoura, abacate, mamão verde, rúcula, alface crespa, espinafre, couve manteiga, almeirão pão de açúcar, cebolinha, alface americana, salsinha e pimenta biquinho, totalizando 16 produtos mais baratos.

Há alguns produtos com grandes diferenças de preço, como é o caso da mandioca descascada, comercializado por R\$5,00 pelas camponesas e R\$8,50 na quitanda; abobrinha verde, que varia de R\$3,50 para R\$7,50; chuchu, que varia de R\$2,50 para R\$7,50; almeirão pão de açúcar, variando de R\$2,50 para R\$7,50 na quitanda; pimenta biquinho, variando de R\$4,00 para R\$9,75.

Apenas três produtos comercializados pelas camponesas apresentam valores mais elevados do que os encontrados no Orgânicos Paraíso: laranja pera, comercializada por R\$6,50 pelas camponesas e a R\$5,00 pela quitanda; limão taiti, comercializado por R\$4,00 pelas camponesas e a R\$3,85 pela quitanda; e o açafrão da terra, que varia de R\$3,00 para R\$2,10.

Alguns produtos encontrados na loja Orgânicos Paraíso não estão disponíveis no catálogo das camponesas, portanto, ficam registrados os valores para que futuramente, caso haja o interesse em inseri-los, já se tenha valores para referência: Repolho (R\$7,50 a unidade), abacaxi (R\$12,00 a unidade), melão (R\$6,50 – 500g) e manga (R\$7,50 – 500g).

Em relação aos produtos da Horta Chácara Santo Antônio, é possível observar maior semelhança entre os valores de comercialização. Há alguns produtos que são mais baratos na comercialização camponesa, sendo estes: abobrinha verde, cará moela, cenoura, banana nanica, limão rosa, limão taiti, alface crespa, espinafre, almeirão pão de açúcar, cebolinha, alface americana, salsinha, chuchu, quiabo, ora-pro-nóbis, açafrão da terra e manjeriço, totalizando 17 produtos mais baratos.

Só há dois produtos que são mais caros no catálogo das camponesas, sendo eles: a mandioca descascada, que varia de R\$5,00 na comercialização camponesa para R\$4,25 na horta; e a laranja pera, que varia de R\$6,50 para R\$3,75. Há ainda produtos que apresentam exatamente os mesmos preços: berinjela, beterraba, chicória, couve manteiga, capim cidreira, hortelã e lavanda.

Dentre os produtos presentes no catálogo da horta que poderiam ser incluídos na comercialização das camponesas, pode-se citar: alho poro (R\$7,00 a unidade), batata (R\$6,00 - 500g), batata doce (R\$5,00 - 500g), cebola (R\$6,50 - 500g), maçã (R\$9,90 - 500g), pepino (R\$5,00 - 400g) e tomate (R\$6,50 - 500g).

Observando a tabela de modo geral, é possível concluir que os produtos do Coletivo das Camponesas são, em muitos casos, mais baratos do que os demais comércios. Isso ocorre com os seguintes produtos: mandioca, chuchu, beterraba, quiabo, cará moela, ora-pro-nóbis, cenoura, broto do chuchu e abóbora, mamão verde, banana da terra, limão rosa, espinafre, couve manteiga, almeirão pão de açúcar, cebolinha, alface americana, salsinha, pimenta dedo de moça, colorau e pimenta biquinho, totalizando 21 produtos com preços mais baratos.

Os preços encontrados na feira livre também apresentam custos menores em alguns casos. Em relação aos preços mais elevados, é possível destacar que os maiores valores são, em sua maioria, encontrados no Orgânico Solo Vivo e no Orgânicos Paraíso.

Só há seis produtos das camponesas que se encontram mais caros do que os demais, sendo eles: chicória, couve cortada, alecrim, erva baleeira, capim cidreira e guaco.

A variedade orgânica da produção camponesa é tão grande que, para alguns produtos por elas informados, não foi encontrado comparação em nenhum estabelecimento. É o caso do coração de bananeira, jurubeba, taioba, babosa, manjerona, hortelã pimenta, mil em ramas, anador, alfavaca cravo e menta.

Em alguns casos, havia os produtos de modo desidratado ou em conserva e, para maior confiabilidade, optou-se por não apresentar os valores destes produtos, pois não estavam *in natura* e seu processamento agrega maior valor ao produto.

Algo que motivou as camponesas a solicitar esta pesquisa de preços foi o fato de que muitos clientes alegavam que os preços do Coletivo eram muitos elevados e que, por isso, não conseguiam comprar, porém observa-se que essa crítica, no caso de muitos produtos, é sem fundamento, pois há uma semelhança com os demais produtores, sendo até mesmo mais caro os comercializados nos demais estabelecimentos.

Esta questão abre também discussão para o fato do preconceito que muitas pessoas têm com os moradores dos assentamentos: por todo o processo de luta e militância necessária para que o MST obtenha a posse da terra e pela visão distorcida repassada pela mídia, há por parte da população um pré-julgamento e, portanto, alguns consumidores deixam de adquirir os produtos por este fator.

Em relação ao planejamento da produção, pode-se observar que as camponesas têm um planejamento próprio e que estas buscam respeitar a sazonalidade e o tempo de crescimento de cada produto. Portanto, como sugestão de como aumentar ainda mais a comercialização, cita-se:

- A inserção de novos produtos e o cultivo de orgânicos variados em cada uma das hortas das camponesas que compõe o coletivo. Embora o catálogo atual seja bem abrangente, inserir novos produtos pode atrair novos consumidores. Atualmente são comercializados 59 produtos, dentre eles: 18 tipos de legumes, 11 tipos de frutas, 10 tipos de hortaliças, 10 tipos de temperos e 10 tipos de chá.

- No próprio formulário utilizado para a reserva de produtos, seria interessante a adição de um campo para que seja indicado pelos consumidores os produtos que gostariam de comprar e ainda não são ofertados pelas camponesas, para que estas possam averiguar se há a possibilidade de plantar em suas hortas, respeitando o solo, clima, disponibilidade de água e biodiversidade local;

- A produção de alimentos em conserva, geleias e doces pode agregar ainda mais valor ao produto e evitar o desperdício, pois há alguns alimentos que mesmo depois de estarem fora do ponto de consumo, ainda são úteis para o preparo de doces e geleias.

- Os produtos já cortados e separados em bandejas também são uma estratégia para agregar mais valor. Para consumidores que têm menos disponibilidade de tempo, este tipo de comercialização pode ser um facilitador;

- Em relação aos produtos de tempero ou chás, sugere-se o processamento dos alimentos, pois muitos clientes não sabem como utilizar o produto *in natura*, e isso pode também agregar mais valor ao produto. Como exemplo, podem ser citados: o colorau, a erva baleeira, o capim cidreira e o guaco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pode concluir que há múltiplas territorialidades presentes no Assentamento Eli Vive e, dentre essas, está o Coletivo das Camponesas. Por meio deste grupo, as mulheres fortalecem suas comercializações, suas produções e também se fortalecem enquanto mulheres e camponesas, pois além de lutar pela causa comum - o direito à terra, precisam lutar para que seu espaço enquanto mulher seja respeitado.

Em relação à produção, pode-se concluir que, de modo geral, foi possível ajudar as camponesas nas demandas solicitadas por elas. Por residir em área rural, as mulheres relatam dificuldades para se deslocar até a cidade e, por conta disso, realizar levantamentos de preços torna-se mais difícil para elas. Portanto, essa pesquisa realizou este levantamento, tornando-se algo útil e necessário para as camponesas produtoras.

A análise dos quatro estabelecimentos mencionados no decorrer deste trabalho (feira livre da Rua São Paulo, Orgânicos Solo Vivo, Orgânicos Paraíso e Horta Chácara Santo Antônio) e a comparação de preços demonstraram que a alegação de alguns clientes de que os valores dos produtos orgânicos estavam caros acaba por se tornar inválida, pois a pesquisa demonstrou que muitos produtos apresentam preços semelhantes ou até mesmo mais baratos do que os demais comércios.

É necessário olhar para o mercado e analisar possibilidades de expansão e oferta de novos produtos ou repaginar os que já estão sendo comercializados, gerando assim, um diferencial. Como já mencionado, dentre os produtos que podem ser agregados ao catálogo estão: maçã, tomate cereja, batata inglesa, batata doce, cebola, manga, vagem, repolho, repolho roxo, abacaxi, melão, alho poro e pepino. No que tange à repaginação dos produtos, a inserção de geleias, doces e conservas no catálogo pode auxiliar nesta questão.

As redes sociais são a principal ferramenta de venda das camponesas, visto que estas disponibilizam o formulário para pedidos no grupo do Whatsapp e na página do Instagram. Por conta disso, é importante realizar uma gestão dessas redes a fim de atrair mais potenciais consumidores. Os materiais elaborados contendo o teor vitamínico e as receitas podem servir justamente neste fator. Além de fomentarem a procura pelos produtos, visto que agora estes podem ganhar mais destaque, os materiais elaborados podem gerar engajamento nas redes sociais e, assim, favorecer as camponesas.

Futuramente, novos materiais podem ser elaborados, conforme a dinâmica de comercialização for sendo alterada. Para isso, pode ser utilizado o Canva Pro, uma plataforma online que possui uma versão gratuita contendo uma diversidade de imagens, figuras e modelos de banners, cartazes e postagens pré-formatados, disponíveis para serem editados e utilizados nas redes sociais.

Para o campesinato, a produção é vista primeiramente como algo necessário à sobrevivência humana e, apenas após suprirem essas necessidades, os produtos são vistos como mercadorias. No Movimento Sem Terra este princípio é evidente, pois pode-se observar os integrantes do movimento articulando entregas de alimentos às populações carentes, fazendo doações e, só após cumprirem estes objetivos, comercializam seus produtos.

Os fatores como: alimentação familiar, cuidados com a água, solo e biodiversidade, respeito à sazonalidade e ao tipo de produto que pode se desenvolver de modo orgânico em cada localidade são algumas das preocupações do campesinato que não são levadas em conta pela agricultura capitalista.

O profissional geógrafo é capaz de compreender o espaço geográfico e auxiliar as comunidades na luta e manutenção de seus territórios e territorialidades. Dessa forma, a presença destes profissionais torna-se indispensável, ao passo que, ao unir forças à comunidade, torna-se mais fácil lutar pelos direitos daqueles que desde o processo de colonização são ignorados ou subalternizados.

REFERÊNCIA

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **Revista GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n.12, 11-19p, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123767>. Acesso em 21 de março de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde; UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Na cozinha com as frutas, legumes e verduras**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 116p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cozinha_frutas_legumes_verduras.pdf. Acesso em 04 de jul. de 2024.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n.15, v.43, 2001, 207-224p. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9832/11404>. Acesso em 10 de abril de 2022.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1994, 11-22p. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>. Acesso em 25 de julho de 2022.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Editora Vozes em coedição com Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1987. 90p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 255p.

LUSSANI, Cassia Adriana; SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A Agricultura Camponesa Frente ao Capitalismo. **Anais da XIII Jornada do Trabalho**, Presidente Prudente, 2012, 11p. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100020&script=sci_arttext. Acesso em 31 de julho de 2022.

MIRALHA, Wagner. Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA (Núcleo de Estudos, pesquisas e projetos de Reforma Agrária)**, Presidente Prudente, n.8, 151-172p, 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445>. Acesso em 31 de março de 2022.

NABARRO, Sergio Aparecido. **A "reforma agrária" de Mercado e os Camponeses do Paraná**. São Paulo: Editora Dialética, 2022. 212p.

SARTORI, Valdirene Camatti; THEODORO, Heloisa; MINELLO, Luana Vanessa; PANSERA, Marcia Regina; BASSO, Andréa; SCUR, Luciana. **Plantas Alimentícias Não Convencionais**. Caxias do Sul: Editora Educs, 2020. 118p. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-plantas-alimenticias.pdf>. Acesso em 04 de jul. de 2024.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ JUNIOR, Antonio. O papel da mulher na luta pela terra: Uma questão de gênero e/ou classe? **Revista PEGADA** – A revista da Geografia do Trabalho, São Paulo, v.3, número especial, 2002, 14p. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/792>. Acesso em 24 de julho de 2022.

Recebido: 04/07/2024 Publicado: 12/04/2025

Editor Geral: Dr. **Eliseu Pereira de Brito**